

São Paulo, 12 de junho de 2005.

Exmo. Sr. Presidente da CPI dos Correios
Senador Delcídio Amaral

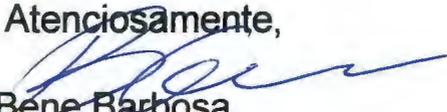
Exmo. Sr. Relator da CPI dos Correios
Deputado Osmar Serraglio

A Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI dos Correios está investida com o objetivo de apurar as irregularidades denunciadas, entre elas a possível compra de votos para aprovação de projetos de interesse do governo.

Diante disso, o Movimento Viva Brasil protocola na secretaria da CPI dos Correios o documento intitulado *Saques Cruzados*. O documento reúne informações, mostrando que, durante os dias de votação do Estatuto do Desarmamento em 2003, saques da conta do sr. Marcos Valério somaram R\$ 750 mil. A lista com o valor e o dia dos saques das duas empresas de publicidade DNA Propaganda Ltda e SMP&B Comunicação Ltda é a lista divulgada pela liderança do Partido da Frente Liberal (PFL) em diversos meios de comunicação e também protocolada nesta CPI. Além da lista, *Saques Cruzados* reúne notícias de jornais sobre o assunto e mais a ata das votações do Estatuto do Desarmamento durante os dias 22 e 23 de outubro de 2003.

O Movimento Viva Brasil é uma ONG que defende o direito de o cidadão de bem poder ser proprietário de uma arma de fogo sendo o Estado o regulador do controle e da fiscalização. O Estatuto do Desarmamento estabelece em seu artigo 35 o referendo popular sobre a proibição ou não do comércio de armas de fogo no país.

Atenciosamente,


Bene Barbosa

Presidente do Viva Brasil

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fis: 0251
3593
Doc:

SAQUES CRUZADOS

Durante os dias de votação do Estatuto do Desarmamento, em 22 e 23 de outubro de 2003, saques das empresas DNA Propaganda Ltda e SMP&B Comunicação Ltda somam R\$ 750 mil.

O Movimento Viva Brasil é uma ONG que defende os direitos constitucionais do cidadão brasileiro.

www.movimentovivabrasil.com.br
presidente@movimentovivabrasil.com.br
Fone: (11) 3167-7045



DIÁRIO DA MANHÃ

ANO 27 - Nº 13 - QUARTA-FEIRA, 6 DE JULHO DE 2005 - R\$1,20 - PELOTAS/RS

Compra de votos para aprovar o estatuto do desarmamento no País

Os saques chegam a R\$ 750 mil nos dias de votação

No dia 23 de outubro de 2003, houve saque no valor de R\$ 150 mil da conta da DNA Propaganda Ltda (CNPJ 17.397.076/0001-03). Da conta da empresa SMP&B Comunicação Ltda (CNPJ 01.322.078/0001-95) foram sacados R\$ 600 mil durante os dias 21, 22 e 23 de outubro de 2003. No dia 21 de outubro, o saque foi de R\$ 100 mil, no dia 22, o saque foi de R\$ 300 mil e no dia 23 o saque foi de R\$ 200 mil.

A ONG Viva Brasil teve acesso à lista divulgada pela liderança do PFL na Câmara dos Deputados que associa saque das empresas do publicitário Marcos Valério, avalista do PT, no Banco Rural, com votações de projetos considerados importantes para o governo.

“Mais uma vez todo o empenho em se aprovar o Estatuto do Desarmamento e o Referendo ficam mal explicados”, afirma Bene Barbosa, presidente do Movimento Viva Brasil. ***Para ele seria no mínimo uma irresponsabilidade aprovar o referendo para 2005 -- que custará R\$ 600 milhões ao País -- sob a dúvida de que sequer a aprovação do Estatuto foi válida diante da suspeita de compra de votos.***

VOTE REFERENDO 2006 !

www.movimentovivabrasil.com.br
contato@movimentovivabrasil.com.br
Fone: (11) 3167-7045



Um jornal de Brasília para o Brasil

FOLHA DE BRASÍLIA *On Line*



Versão impressa do jornal F
todas as sextas-feiras.

Home

- BSB Brasília
- BSB Cinema
- BSB Concursos
- BSB Economia
- BSB Esporte
- BSB Eventos
- BSB Loterias
- BSB Mundo
- BSB Turismo
- BSB Colunas
- BSB Debate

- Centro-Oeste
- Norte
- Sul
- Sudeste
- Nordeste
- Distrito Federal
- Jovem/Festas
- Televisão
- Teatro/Shows
- Humor
- Saúde
- Eleições 2006
- Espaço do colaborador
- Página do ICESP
- Olimpíadas Universitárias 2005
- Página da UPIS

PESQUISA

OK

FALE CONOSCO

- Redação
- Depto. Comercial
- Sugestões

- **Diretor-Geral**
e-mail: redac

BSB Brasília

Quarta-Feira, 06 de Julho de 2005, 09h59

15h59 | 05/07 - Terça-Feira COMPRA DE VOTOS PARA APROVAR O ESTATUTO DO DESARMAMENTO

ESTATUTO DO DESARMAMENTO



15h59 | 05/07 - Terça-Feira 06/07/2005

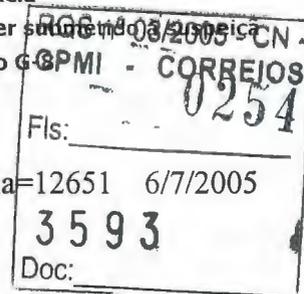
Na data em que o Estatuto do Desarmamento foi a voto, em 2003, a retirada chegou a R\$ 200 mil. No dia anterior, R\$ 300 mil saíram da conta da empresa, num total de R\$ 500 mil.

"Dentro do caos que está vivendo o Congresso, essa denúncia vem reforçar a suspeita do empenho em aprovar o Estatuto mesmo quando ele dividia o Congresso e a sociedade num tema polêmico como segurança pública", diz o presidente Bene Barbosa. Bene Barbosa lembra ainda que o Estatuto só acabou sendo aprovado porque os congressistas decidiram levar a referendo popular a proibição ou não do comércio de armas e munições.

O Movimento Viva Brasil der suspeita de compra de votos aprovação do Estatuto do Desarmamento, outubro de 2003. A ONG Viv acesso à lista divulgada pela PFL na Câmara dos Deputad associa saque das empresas do pub Marcos Valério, avalista do F Rural, com votações de projetos cc importantes para o governo. de recursos somam juntas R\$ 5

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

- 09h59** | 06/07 Quarta-Feira **José Dirceu divulga notas à imprensa**
- 09h51** | 06/07 Quarta-Feira **Petistas fazem declaração à militância**
- 09h47** | 06/07 Quarta-Feira **Paulo Delgado: partido não pode ser sustento do PT**
- 09h44** | 06/07 Quarta-Feira **Lula vai à Escócia para a reunião do G-8**



MOVIMENTO VIVA BRASIL

[QUEM SOMOS](#)
[CAMPANHAS](#)
[NOTÍCIAS](#)
[PARCEIROS](#)
[CONTATO](#)
[CADASTRE-SE](#)
[COLABORE](#)
[MAPA DO SITE](#)
[PESQUISE O SITE](#)

(HOME) : Movimento Viva Brasil → Notícias

MOVIMENTO
VIVA
BRASIL

RECEBA AS ÚLTIMAS NOTÍCIAS DIRETAMENTE NO SEU E-MAIL.
CLIQUE AQUI E CADASTRE-SE

Lista clipping de Imprensa

06/07/2005 - COMPRA DE VOTOS PARA APROVAR O ESTATUTO DO DESARMAMENTO

• Veículo: Agência Viva Brasil / Veiculação: On-line

• link do veículo: www.movimentovivabrasil.com.br

Saques chegaram a R\$ 750 mil nos dias da votação

O Movimento Viva Brasil denuncia a suspeita de compra de votos para a aprovação do Estatuto do Desarmamento, no dia 23 de outubro de 2003.

A ONG Viva Brasil teve acesso à lista divulgada pela liderança do PFL na Câmara dos Deputados que associa saque das empresas do publicitário Marcos Valério, avalista do PT, no Banco Rural, com votações de projetos considerados importantes para o governo.

"Mais uma vez todo o empenho em se aprovar o Estatuto do Desarmamento e o Referendo ficam mal explicados", afirma Bene Barbosa, presidente do Movimento Viva Brasil.

No dia 23 de outubro de 2003, houve saque no valor de R\$ 150 mil da conta da DNA Propaganda Ltda (CNPJ 17.397.076/0001-03). Da conta da empresa SMP&B Comunicação Ltda (CNPJ 01.322.078/0001-95) foram sacados R\$ 600 mil durante os dias 21, 22 e 23 de outubro de 2003. No dia 21 de outubro, o saque foi de R\$ 100 mil, no dia 22, o saque foi de R\$ 300 e no dia 23 o saque foi de R\$ 200 mil.

"Seria no mínimo uma irresponsabilidade aprovar o referendo -- que custará R\$ 600 milhões ao País -- sob a dúvida de que sequer a aprovação do Estatuto foi válida diante da suspeita de compra de votos", afirma Bene Barbosa. "O direito da população em decidir os rumos do País não pode estar vinculado ou atrelado ao escândalo nacional", diz o presidente do Viva Brasil.

http://www.movimentovivabrasil.com.br/noticias/index.php?acao3_cod0=12ff4318088146... 12/7/2005



SMP&B Comunicação Ltda

CNPJ 01.322.078/0001-95

Saques em Espécie

Data	Banco	Valor
16/07/2003	Banco Rural S/A	152.654,02
31/07/2003	Banco Rural S/A	133.875,00
06/08/2003	Banco Rural S/A	200.000,00
13/08/2003	Banco Rural S/A	118.830,25
18/08/2003	Banco Rural S/A	120.000,00
25/08/2003	Banco Rural S/A	100.000,00
26/08/2003	Banco Rural S/A	100.000,00
10/09/2003	Banco Rural S/A	100.000,00
17/09/2003	Banco Rural S/A	300.000,00
17/09/2003	Banco Rural S/A	400.000,00
18/09/2003	Banco Rural S/A	250.000,00
19/09/2003	Banco Rural S/A	250.000,00
23/09/2003	Banco Rural S/A	250.000,00
25/09/2003	Banco Rural S/A	300.000,00
26/09/2003	Banco Rural S/A	100.000,00
26/09/2003	Banco Rural S/A	100.000,00
26/09/2003	Banco Rural S/A	250.000,00
26/09/2003	Banco Rural S/A	212.000,00
29/09/2003	Banco Rural S/A	300.000,00
29/09/2003	Banco Rural S/A	250.000,00
07/10/2003	Banco Rural S/A	250.000,00
07/10/2003	Banco Rural S/A	300.000,00
10/10/2003	Banco Rural S/A	250.000,00
10/10/2003	Banco Rural S/A	500.000,00
10/10/2003	Banco Rural S/A	150.000,00
21/10/2003	Banco Rural S/A	100.000,00
22/10/2003	Banco Rural S/A	300.000,00
23/10/2003	Banco Rural S/A	200.000,00
29/10/2003	Banco Rural S/A	385.000,00
29/10/2003	Banco Rural S/A	200.000,00
03/11/2003	Banco Rural S/A	300.000,00
04/11/2003	Banco Rural S/A	250.000,00
04/11/2003	Banco Rural S/A	100.000,00
06/11/2003	Banco Rural S/A	250.000,00
11/11/2003	Banco Rural S/A	250.000,00
11/11/2003	Banco Rural S/A	100.000,00
12/11/2003	Banco Rural S/A	100.000,00
13/11/2003	Banco Rural S/A	250.000,00
13/11/2003	Banco Rural S/A	250.000,00
18/11/2003	Banco Rural S/A	100.000,00
26/11/2003	Banco Rural S/A	200.000,00
27/11/2003	Banco Rural S/A	200.000,00
03/12/2003	Banco Rural S/A	200.000,00
10/12/2003	Banco Rural S/A	120.000,00
17/12/2003	Banco Rural S/A	350.000,00
19/12/2003	Banco Rural S/A	120.000,00
30/12/2003	Banco Rural S/A	100.000,00

RQS nº-03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS
 Fls: _____
 3593
 Doc: _____

06/01/2004	Banco Rural S/A	250.000,00
06/01/2004	Banco Rural S/A	250.000,00
07/01/2004	Banco Rural S/A	450.000,00
13/01/2004	Banco Rural S/A	250.000,00
14/01/2004	Banco Rural S/A	250.000,00
20/01/2004	Banco Rural S/A	500.000,00
28/01/2004	Banco Rural S/A	100.000,00
10/02/2004	Banco Rural S/A	100.000,00
11/02/2004	Banco Rural S/A	100.000,00
18/02/2004	Banco Rural S/A	150.000,00
23/03/2004	Banco Rural S/A	150.000,00
25/03/2004	Banco Rural S/A	150.000,00
26/03/2004	Banco Rural S/A	100.000,00
29/03/2004	Banco Rural S/A	200.000,00
22/04/2004	Banco Rural S/A	100.000,00
12/08/2004	Banco Rural S/A	437.261,40
13/08/2004	Banco Rural S/A	239.896,44
27/08/2004	Banco Rural S/A	102.812,76
01/09/2004	Banco Rural S/A	102.812,76
03/09/2004	Banco Rural S/A	235.000,00
13/09/2004	Banco Rural S/A	100.000,00
16/09/2004	Banco Rural S/A	119.000,00
22/09/2004	Banco Rural S/A	171.350,00
24/09/2004	Banco Rural S/A	236.961,60
27/09/2004	Banco Rural S/A	145.000,00
05/10/2004	Banco Rural S/A	300.000,00
11/10/2004	Banco Rural S/A	170.000,00
29/10/2004	Banco Rural S/A	129.014,00
29/11/2004	Banco Rural S/A	150.000,00
29/11/2004	Banco Rural S/A	150.000,00
30/11/2004	Banco Rural S/A	180.000,00
08/03/2005	Banco Rural S/A	151.890,00
06/04/2005	Banco Rural S/A	100.000,00
18/05/2005	Banco Rural S/A	246.000,00

Qtde Saques 81 Valor em R\$ 16.529.408,24



DNA Propaganda Ltda
CNPJ 17.397.076/0001-03
Saques em Espécie

<u>Data</u>	<u>Banco</u>	<u>Valor</u>
19/08/2003	Banco Rural S/A	150.000,02
21/08/2003	Banco Rural S/A	200.000,00
09/09/2003	BCO DO BRASIL SA	112.666,68
19/09/2003	Banco Rural S/A	150.000,00
10/10/2003	Banco Rural S/A	364.356,55
23/10/2003	Banco Rural S/A	150.000,00
24/11/2003	Banco Rural S/A	150.000,00
15/01/2004	Banco Rural S/A	326.660,67
20/01/2004	Banco Rural S/A	326.660,67
28/01/2004	Banco Rural S/A	100.000,00
20/02/2004	Banco Rural S/A	150.000,00
24/03/2004	Banco Rural S/A	300.000,00
26/03/2004	Banco Rural S/A	150.000,00
22/04/2004	Banco Rural S/A	150.000,00
19/05/2004	Banco Rural S/A	150.000,00
04/06/2004	Banco Rural S/A	500.000,00
21/06/2004	Banco Rural S/A	200.000,00
01/07/2004	Banco Rural S/A	150.000,00
22/07/2004	Banco Rural S/A	150.000,00
19/08/2004	Banco Rural S/A	200.000,00
31/08/2004	Banco Rural S/A	100.000,00
10/09/2004	Banco Rural S/A	255.000,00

Total de Saques 22 Valor em R\$ 4.485.344,59

RQS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS

Fls.: 0258

3593

Doc: _____



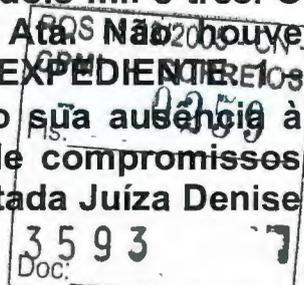
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

52ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

ATA DA SEXAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2003

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e três, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, no Anexo II, Plenário 01 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Luiz Eduardo Greenhalgh - Presidente; Patrus Ananias - Vice-Presidente; Alceu Collares, Alexandre Cardoso, Aloysio Nunes Ferreira, André de Paula, André Zacharow, Antonio Carlos Biscaia, Antônio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Asdrubal Bentes, Bispo Rodrigues, Bosco Costa, Colbert Martins, Edmar Moreira, Edna Macedo, Ildeu Araujo, Inaldo Leitão, Jaime Martins, João Campos, João Paulo Gomes da Silva, José Carlos Araújo, José Divino, José Eduardo Cardozo, José Ivo Sartori, José Mentor, José Roberto Arruda, Júlio Delgado, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Maurício Rands, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Michel Temer, Onyx Lorenzoni, Osmar Serraglio, Pastor Amarildo, Paulo Magalhães, Paul Pimenta, Roberto Magalhães, Rodrigo Maia, Rubinelli, Sandra Rosado Sigmaringa Seixas, Vicente Cascione, Vilmar Rocha, Wagner Lago, Wilson Santiago, Wilson Santos e Zenaldo Coutinho - Titulares; Agnaldo Muniz, Anivaldo Vale, Átila Lira, Bernardo Ariston, Bispo Wanderval, Carlos Willian, César Medeiros, Cezar Schirmer, Chico Alencar, Colombo, Coriolano Sales Custódio Mattos, Dilceu Sperafico, Enivaldo Ribeiro, Fábio Souto, Fátima Bezerra, Gonzaga Patriota, Heleno Silva, Itamar Serpa, Ivan Ranzolin, Jair Bolsonaro, João Alfredo, José Pimentel, Luiz Antonio Fleury, Luiz Couto Manato, Mauro Benevides, Odair, Odílio Balbinotti, Paes Landim, Paulo Afonso, Paulo Rocha, Perpétua Almeida, Reginaldo Germano, Ricardo Barros, Ricarte de Freitas, Sarney Filho, Washington Luiz e Zelinda Novaes - Suplentes. Compareceram também os Deputados Cabo Júlio, Maurício Rabelo, Professor Irapuan Teixeira, Ricardo Fiuza e Rogério Teófilo, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Eduardo Paes, Ibrahim Abi-Ackel, Juíza Denise Frossard, Ney Lopes, Professor Luizinho, Sérgio Miranda e Vicente Arruda. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e submeteu a apreciação a Ata da sexagésima sexta reunião ordinária, realizada no dia vinte e um de outubro de dois mil e três. O Deputado Inaldo Leitão requereu dispensa da leitura da Ata e da discussão. Em votação, a Ata foi aprovada por unanimidade. Expediente nº 108 - Correspondência do Deputado Wilson Santiago, justificando sua ausência à reunião de quatorze de outubro do corrente, por motivos de compromissos políticos no estado da Paraíba. 2 – Correspondência da Deputada Juíza Denise





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Frossard, comunicando sua ausência à reunião

o de vinte e um de outubro do corrente, por estar em Missão

o Oficial no estado do Rio de Janeiro. 3 - Correspondência da Depu

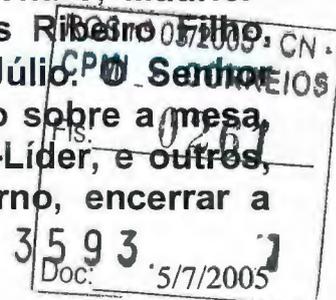
cia da Deputada Juíza Denise Frossard, comunicando sua

ndo sua ausência às reuniões do período de vinte e dois

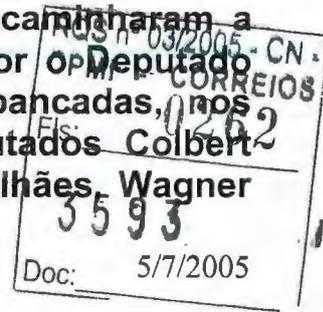
o de vinte e dois a vinte e cinco de outubro do corrente, por estar em Missão
icial no estado da Bahia. 4 – Correspondência do Deputado Pedro Irujo,
icando sua ausência às reuniões do período de vinte e um a trinta de outubro,
de outubro, por estar em Missão Oficial. 5 – Correspondência do Deputado
enaldo Coutinho, comunicando sua ausência à reunião de vinte e um de
do corrente, devido a compromissos político-partidários no estado do Par
ará. 6 – Comunicado de retirada de pauta o PL 3.489/2000, de autoria do
o Deputado Luciano Pizzato, a requerimento do Deputado Paes Landim,
or da proposição, para reformulação do respectivo Parecer. ORDEM DO DIA:
Nesse momento, assumiu a Presidência o Deputado Patrus Ananias. 1 -
TO DE LEI Nº 1.555/03 - do Senado Federal - que "dispõe sobre registro, posse
e e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de
de Armas - SINARM, define crimes e dá outras providências." RELATOR
Deputado LUIZ EDUARDO GREENHALGH. PARECER: pela
, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação deste e do
e e do substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crim
Organizado, Violência e Narcotráfico, na forma do substitutivo or
o. Foi concedida vista conjunta aos Deputados Alceu Collares, Antonio Carlos
los Biscaia, Antônio Carlos Magalhães Neto, Asdrubal Bentes, Edmar Moreira,
a, Edna Macedo, Inaldo Leitão, João Campos, João Paulo Gomes da Silva
Divino, José Eduardo Cardozo, José Ivo Sartori, Luiz Antonio Fleury, Maur
rício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Odair, Paulo Magalhães, Roberto
oberto Magalhães, Vicente Arruda, Wagner Lago e Zelinda Novaes, e
003. Os Deputados Inaldo Leitão e Edmar Moreira; Paulo Magalhães; Vicente
ente Arruda; Luiz Antonio Fleury e Mendes Ribeiro Filho apresentaram votos
s em separado em 21/10/2003. Discussão iniciada, em 21/10/03. O Deputad
tado Inaldo Leitão pediu a palavra pela ordem para registrar sua indigna
ção com o tratamento que a imprensa tem dado àqueles que se posicionaram
ntrariamente ao projeto em tela, asseverou que sua posição contrária é de
caráter técnico e doutrinário e que nenhuma ligação tem com a indústria d
de armas. Reiniciada a discussão, discutiram a matéria os Deputados Antônio
los Magalhães Neto, Perpétua Almeida, Edmar Moreira, Roberto Magalhães,
, José Eduardo Cardozo, José Roberto Arruda, Luiz Antônio Fleury, Aloysi CN.
Ferreira, Edna Macedo, Paulo Magalhães, Onyx Lorenzoni, Ivan Ranzolin e
João Paulo Gomes da Silva. Durante a discussão, as treze horas e dez
minutos, o Presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo

PROS nº 03/2005 CN.
CORREIOS
Fls: 0360
Cunha, tomou
3593
Doc: 5/7/2005

Frossard, comunicando sua ausência à reunião de vinte e um de outubro do corrente, por estar em Missão Oficial no estado do Rio de Janeiro. 3 - Correspondência da Deputada Juíza Denise Frossard, comunicando sua ausência às reuniões do período de vinte e dois a vinte e cinco de outubro do corrente, por estar em Missão Oficial no estado da Bahia. 4 - Correspondência do Deputado Pedro Irujo, comunicando sua ausência às reuniões do período de vinte e um a trinta de outubro, por estar em Missão Oficial. 5 - Correspondência do Deputado Zenaldo Coutinho, comunicando sua ausência à reunião de vinte e um de outubro do corrente, devido a compromissos político-partidários no estado do Pará. 6 - Comunicado de retirada de pauta o PL 3.489/2000, de autoria do Deputado Luciano Pizzato, a requerimento do Deputado Paes Landim, Relator da proposição, para reformulação do respectivo Parecer. ORDEM DO DIA: Nesse momento, assumiu a Presidência Deputado Patrus Ananias. 1 - PROJETO DE LEI Nº 1.555/03 - do Senado Federal - que "dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM, define crimes e dá outras providências." RELATOR: Deputado LUIZ EDUARDO GREENHALGH. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação deste e do substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico, na forma do substitutivo ora apresentado. Foi concedida vista conjunta aos Deputados Alceu Collares, Antonio Carlos Biscaia, Antônio Carlos Magalhães Neto, Asdrubal Bentes, Edmar Moreira, Edna Macedo, Inaldo Leitão, João Campos, João Paulo Gomes da Silva, José Divino, José Eduardo Cardozo, José Iv Sartori, Luiz Antonio Fleury, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Odair, Paulo Magalhães, Roberto Magalhães, Vicente Arruda, Wagner Lago Zelinda Novaes, em 14/10/2003. Os Deputados Inaldo Leitão e Edmar Moreira; Paulo Magalhães; Vicente Arruda; Luiz Antonio Fleury e Mendes Ribeiro Filho apresentaram votos em separado em 21/10/2003. Discussão iniciada, em 21/10/03. O Deputado Inaldo Leitão pediu a palavra pela ordem para registrar sua indignação com o tratamento que a imprensa tem dado àqueles que se posicionaram contrariamente ao projeto em tela, asseverou que sua posição contrária é de caráter técnico e doutrinário e que nenhuma ligação tem com indústria de armas. Reiniciada a discussão, discutiram a matéria os Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto, Perpétua Almeida, Edmar Moreira, Roberto Magalhães, José Eduardo Cardozo, José Roberto Arruda, Luiz Antônio Fleury Aloysio Nunes Ferreira, Edna Macedo, Paulo Magalhães, Onyx Lorenzoni, Ivan Ranzolin e João Paulo Gomes da Silva. Durante a discussão, as treze horas e dezoito minutos, o Presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, tomou assento à Mesa. Às treze horas e trinta e dois minutos o Senhor Presidente suspendeu a reunião, convocando os representantes das Lideranças na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e o Relato para reunirem-se, juntamente com o Presidente da Casa, no gabinete da Presidência da Comissão. Reiniciada a reunião, às quatorze horas e dezoito minutos, ainda discutiram a matéria os Deputados Jair Bolsonaro, Maurício Rands, Luiz Antônio Fleury, João Alfredo, Rubinelli, Mendes Ribeiro Filho, Sandra Rosado, Bispo Rodrigues, Cezar Schirmer e Cabo Júlio. O Senhor Presidente informou ao plenário a existência de Requerimento sobre a mesa, de autoria do Deputado Maurício Rands, na condição de Vice-Líder, e outros, para, nos termos do art. 57, inciso VII, do Regimento Interno, encerrar a



discussão. Nos termos do art. 192, § 1º do Regimento Interno, encaminharam a votação, contra os Deputados Zenaldo Coutinho e Alceu Collares, a favor os Deputados José Eduardo Cardozo e Antônio Carlos Magalhães Neto. Em votação, o Requerimento foi aprovado por maioria. O Deputado Alceu Collares requereu verificação de votação. O Senhor Presidente convidou o Deputado Júlio Delgado para proceder à chamada nominal. Para orientar suas bancadas, nos termos do art. 192, § 2º, encaminharam a votação os Deputados Pastor Amarildo, Perpétua Almeida, Alceu Collares, Colbert Martins, Maurício Quintella Lessa, Inaldo Leitão, Roberto Magalhães, Wagner Lago, Aloysio Nunes Ferreira, Osmar Serraglio, Antônio Carlos Magalhães Neto, José Eduardo Cardozo e Renildo Calheiros. Feita a chamada nominal, votaram sim os Deputados Antônio Carlos Biscaia, José Eduardo Cardozo, Luiz Eduard Greenhalgh, Maurício Rands, Patrus Ananias, Rubinelli, Sigmaringa Seixas, André de Paula, Antônio Carlos Magalhães Neto, José Roberto Arruda, Mendonça Prado, Rodrigo Maia, Vilmar Rocha, Moroni Torgan, Paes Landim, Asdrúbal Bentes, José Divino, Osmar Serraglio, Sandra Rosado, Wilson Santiago, Aloysio Nunes Ferreira, Custódio Mattos, Itamar Serpa, Wagne Lago, Antônio Cruz, Roberto Magalhães, Vicente Cascione, Bispo Rodrigues, João Paulo Gomes da Silva, Alexandre Cardoso, Maurício Quintella Lessa, Colbert Martins, Júlio Delgado, André Zacharow, Perpétua Almeida e Pastor Amarildo. Votaram não os Deputados Onyx Lorenzoni, Zelinda Novaes, José Ivo Sartori, Mendes Ribeiro Filho, Paulo Afonso, Bosco Costa, João Campos Zenaldo Coutinho, Edna Macedo, Edmar Moreira, Inaldo Leitão, Bispo Wanderval e Alceu Collares. O Senhor Presidente proclamou o resultado da votação, informando terem sido computados trinta e nove votos favoráveis e treze contrários, tendo sido aprovado por maioria o Requerimento e encerrada a discussão. Durante o processo de votação do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto indagou ao Senhor Presidente se as alterações dos membros do PFL na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação já haviam sido computadas. O Senhor Presidente informou que recebeu correspondência do Deputado José Carlos Aleluia indicando o Deputado José Carlos Araújo, como membro titular em substituição ao Deputado Robson Tuma e indicando o Deputado Fábio Souto, como membro suplente. No entanto, as respectivas indicações chegaram quando o processo de votação já havia se iniciado, não podendo, portanto, valerem para o mesmo. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator para a sua réplica, o Relator solicitou a suspensão d reunião por dez minutos para organizar as sugestões apresentadas, ao que aquiesceu o Senhor Presidente, suspendendo a reunião às dezessete horas e seis minutos. O Senhor Presidente reiniciou a reunião às dezessete horas e vinte e sete minutos, concedendo a palavra ao Relator. O Relator teceu considerações acerca da discussão e das sugestões apresentadas apresentou COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO com as sugestões acatadas. O Senhor Presidente anunciou o início do processo de votação e informou qu foram apresentados doze requerimentos de destaques, cinco dos quais foram retirados pelos respectivos autores, os de números dois, três, oito, onze e doze. Nos termos do art. 192, § 1º do Regimento Interno, encaminharam a votação ao Parecer, contra o Deputado Alceu Collares, a favor o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto. Para orientar suas bancadas, nos termos do art. 192, § 2º, encaminharam a votação os Deputados Colbert Martins, Maurício Quintella Lessa, Inaldo Leitão, Roberto Magalhães, Wagner



Lago, Aloysio Nunes Ferreira, Osmar Serraglio, Moroni Torgan, José Eduardo Cardozo, Renildo Calheiros e Pastor Amarildo. Em votação, foi aprovado o Parecer, ressalvados os Destaques, contra os votos dos Deputados Alceu Collares, Mendes Ribeiro Filho, José Ivo Sartori, Jair Bolsonaro, Luiz Antônio Fleury, Edna Macedo, Onyx Lorenzoni, Zelinda Novaes e Bosco Costa. Os Deputados Alceu Collares e Roberto Magalhães apresentaram votos e separado. Os Deputados Patrus Ananias e Wagner Lago apresentaram declarações de voto. Passou-se a apreciação dos destaques. Destaque nº 6 - Bancada do PSDB - votação em separado do § 5º do art. 4º do PL 1.555/03, para substituir o dispositivo do substitutivo do Relator. Encaminharam a votação o Deputado Aloysio Nunes Ferreira e o Relator. Em votação, foi rejeitado o destaque por maioria. Apreciação do Destaque nº 1 - Bancada do PT - votação em separado dos incisos III e IV, do art. 6º do substitutivo do Relator. Encaminharam a votação o Deputado Antônio Carlos Biscaia e o Relator. Para orientar suas Bancadas, nos termos do art. 192, § 2º, encaminharam a votação os Deputados Perpétua Almeida, Alceu Collares, Colbert Martins, Maurício Quintella Lessa, Inaldo Leitão, Roberto Magalhães, Aloysio Nunes Ferreira, Osmar Serraglio, Rodrigo Maia, José Eduardo Cardozo e Renildo Calheiros. Em votação, foi rejeitado o destaque, contra os votos dos Deputados Alexandre Cardoso, Antônio Carlos Biscaia, Odair, Antônio Carlos Magalhães Neto, Maurício Quintella Lessa, Sarney Filho, Rodrigo Maia, João Paulo Gomes da Silva e Júlio Delgado. Em virtude da rejeição do destaque nº 1, o destaque nº 7, de igual conteúdo, da Bancada do PSDB, foi prejudicado. Apreciação do Destaque nº 10 - Bancada do PFL - votação em separado da expressão "que comprovem depender do emprego de arma de fogo para prover sua subsistência alimentar familiar", do § 5º do art. 6º do substitutivo do Relator. Encaminharam a votação o Deputado Onyx Lorenzoni e o Relator. Em votação, foi rejeitado o destaque, contra os votos dos Deputados Maurício Quintella Lessa, Antônio Carlos Magalhães Neto, Mendes Ribeiro Filho, João Campos, Onyx Lorenzoni, Zenaldo Coutinho, Alceu Collares, Coriolano Sales, Moroni Torgan e Dilceu Sperafico. Apreciação do Destaque nº 9 - Bancada do PFL - votação em separado da expressão "exclusiva", do caput do art. 11 do substitutivo do Relator. Encaminharam a votação o Deputado Onyx Lorenzoni e o Relator, que concordou com o destaque. Em votação, foi aprovado por unanimidade o destaque, rejeitada a expressão destacada. Apreciação do Destaque nº 4 e do Destaque nº 5 - Bancadas do PL e do PSDB, respectivamente - votação em separado dos parágrafos 1º e 2º do art. 36, do substitutivo do Relator. O Deputado Maurício Quintella Lessa apresentou Questão de Ordem solicitando ao Senhor Presidente que mantivesse o mesmo critério para o encaminhamento. O Senhor Presidente acolheu a Questão de Ordem, nos termos do art. 192, § 7º, do Regimento Interno, esclarecendo que no encaminhamento somente fariam autor do requerimento de destaque e Relator. Encaminharam a votação os Deputados Zenaldo Coutinho, João Paulo Gomes da Silva, na condição de autores e o Relator. Para orientar suas bancadas, nos termos do art. 192, § 2º, encaminharam a votação os Deputados Pastor Amarildo, Sarney Filho, Perpétua Almeida, Colbert Martins, Maurício Quintella Lessa, Inaldo Leitão, Roberto Magalhães, Dilceu Sperafico, Zenaldo Coutinho, Osmar Serraglio, Antônio Carlos Magalhães Neto, José Eduardo Cardozo e Renildo Calheiros. Em votação, o destaque nº 4 foi rejeitado por maioria. O Deputado Aloysio Nunes Ferreira requereu verificação de votação.

O Senhor Presidente convidou o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto para proceder à chamada nominal. Votaram sim, pela aprovação dos parágrafos 1º e 2º do art. 36, do substitutivo apresentado pelo Relator ao PL 1.555/03, os Deputados Antônio Carlos Biscaia, José Eduardo Cardozo, Luiz Eduardo Greenhalgh, Maurício Rands, Patrus Ananias, Rubinelli, Sigmaringa Seixas, Colombo, João Alfredo, Odair, Onyx Lorenzoni, Asdrúbal Bentes, José Divino, José Ivo Sartori, Mendes Ribeiro Filho, Osmar Serraglio, Sandr Rosado, Wilson Santiago, Mauro Benevides, Wagner Lago, Roberto Magalhães, Vicente Cascione, Luiz Antônio Fleury, Edmar Moreira, Inald Leitão, Alexandre Cardoso, Maurício Quintella Lessa, Colbert Martins, Júlio Delgado, André Zacharow, Ildeu Araújo e Pastor Amarildo. Votaram não, pela rejeição dos parágrafos 1º e 2º do art. 36, do substitutivo do Relator, os Deputados André de Paula, Antônio Carlos Magalhães Neto, José Carlos Araújo, José Roberto Arruda, Mendonça Prado, Rodrigo Maia, Vilmar Rocha Coriolano Sales, Fábio Souto, Aloysio Nunes Ferreira, João Campos, Zenald Coutinho, Antônio Carlos Pannunzio, Átila Lira, Custódio Mattos, Dilceu Sperafico, Antônio Cruz, Bispo Rodrigues, João Paulo Gomes da Silva, Helen Silva e Sarney Filho. O Senhor Presidente proclamou o resultado da votação, informando terem sido computados trinta e dois votos contrários ao destaque e vinte e um favoráveis, tendo sido rejeitado o destaque nº 4, mantido o texto proposto pelo Relator. Em virtude da rejeição do destaque nº 4, o destaque nº 5, de igual conteúdo, da Bancada do PSDB, foi prejudicado. Concluído processo de votação, o Senhor Presidente anunciou o resultado final da apreciação do PL 1.555/03, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação deste e do substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico, na forma do substitutivo do Relator, e com **COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO e REFORMULAÇÃO DO PARECER** (em virtude da aprovação do Destaque nº 9) e encerrou a reunião às dezenove horas e cinquenta e cinco minutos, antes convocando outra para a próxima terça-feira às quinze horas. E, para constar, eu _____, Rejane Salete Marques, lavrei a presente Ata, que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Deputado Patrus Ananias, Vice-Presidente no exercício da Presidência, _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.



independente

FAST

Tv 29" Tela Plana
Wega Sonyde R\$1.869,00
por R\$1.669,0012x de R\$139,08
sem juros no cartão

Confira também outros sites:

Dinheiro

Gente

REVISTA ▾

ISTOÉ SP ▾

ONLINE ▾

FALE CONOSCO ▾

ASSINE

LOJA 3

BU

MAIS ACESSADOS



MAPA DA DOR

Ela diz quando seu corpo começa a ficar doente. Então, clique aqui e saiba o que pode ser

Guarda-roupa: aprenda como escolher roupas de trabalho sem errar

Homem Mulher

Kamasutra: bonecos ensinam o que fazer entre os lençóis

Arrume seu quarto: e confira se ele revela seu jeito de ser

Etiqueta: divirta-se e domine as regras básicas

• [Listar todos](#)

GALERIAS DE FOTOS



ELES SOBREVIVEM

As espécies salvas de desaparecer do mapa graças a projetos brasileiros de preservação

Rota da fé: Os locais sagrados mais famosos do mundo

Eletrodomésticos: os equipamentos criados com tecnologia espacial

Espionagem: as armas usadas por agentes secretos em guerras

Tesouros submersos: os naufrágios mais cobiçados do mundo

Animais do futuro: as espécies que habitarão o planeta

Viagens exóticas: os destinos inusitados oferecidos no Brasil

• [Outras galerias](#)

TESTES



ESCOLHA SEU DIVÃ

Psicoterapias se proliferam, mas qual tem mais a ver com seu perfil? Clique e descubra

Morte: faça as contas e estime seu prazo de validade

Olhares: avalie sua capacidade de decifrar olhares e expressões faciais

Fantasia: avalie com que frequência você ainda

HOME: REVISTA: BRASIL

29/06/2005



Silêncio: Geiza Dias, encarregada dos saques na SMP&B, não quis dar entrevista

- 🔍 **Festa da mala:** os valores sacados
- 🔍 **Conta da SMP&B:** confira o extrato bancário
- 🔍 **Relatório do Coaf:** a prova da movimentação
- 🔍 **Conta da DNA Propaganda:** milhões sacados em dinheiro
- 🔍 **Querosene na fogueira:** ânimos exaltados e novas declarações
- 🔍 **Fé abalada:** até esquerda católica critica o PT
- 🔍 **A conta gotas:** Lula articula nova reforma
- 🔍 **Delcídio Amaral:** CPI fará apuração rigorosa

Público comprovam o que disse Karina. Na última semana, ISTOÉ teve acesso a esses documentos. A papelada mostra que de julho de 2003 a maio de 2005 saíram das contas da SMP&B e da DNA, em dinheiro vivo, R\$ 20,6 milhões. Considerando pedidos de saque não realizados e depósitos em espécie, a cifra chega a R\$ 27 milhões. O relatório nas mãos dos procuradores e promotores revela que, nesse período, saíram da conta da SMP&B R\$ 16,5 milhões em dinheiro vivo somam R\$ 4,4 milhões.

Segundo uma fonte do Banco Rural que também teve acesso aos relatórios, nos dois ar boca caixa, o que dá uma média de um saque semanal em valor acima de R\$ 100 mil. Em janeiro de 2004, por exemplo, foram retirados R\$ 2,8 milhões. Em setembro do mes Em 2003 se deram os maiores saques nas contas das duas empresas: R\$ 11 milhões, r outubro foram feitos 20 saques na seguinte seqüência: seis de R\$ 250 mil, quatro de R\$ R\$ 200 mil, um de R\$ 112 mil, um de R\$ 350 mil, um de R\$ 500 mil (o maior deles, no d 385 mil. Em 2003, os saques somaram R\$ 11 milhões. No ano passado, as retiradas em Federal também está investigando as movimentações das empresas de Marcos Valério

Capa

Aparece o dinheiro

Levantamento mostra que agências de Marcos Valério sacaram R\$ 20,6 milhões em dinheiro em menos de dois anos

Amaury Ribeiro Jr. e Alan Rodrigues (fotos) – Belo Horizonte (MG) e Sônia Filgueiras

Por força de lei e com o intuito de combater a lavag os bancos brasileiros são obrigados a informar ao C Financeiras (Coaf) qualquer saque superior a R\$ 1C casos em que os saques atingem volumes elevados de alguma investigação em andamento, é rotina do recebidas dos bancos à Procuradoria da República. que o Ministério Público Federal de São Paulo e o M Gerais têm conhecimento dos saques acima de R\$ publicidade SMP&B e DNA. De comum entre as du Valério Fernandes, apontado pelo deputado Robert fornecedores do dinheiro usado pelo tesoureiro do F pagamento do suposto mensalão a parlamentares c semanas, Fernanda Karina Somaggio, ex-secretária concedida à revista ISTOÉ Dinheiro, endossou as de

Ela relatou vários encontros de Valério com Delúbio, revelou que diversos e milionários saques em dinheiro seriam feitos de contas da SMP&B e da DNA em agências do Banco Rural de Belo Horizonte (MG) e contou que o dinheiro seria dividido e distribuído em Brasília. No que diz respeito aos saques em dinheiro feitos nas agências do Banco Rural, documentos em poder do Ministério



No caib com o c 2003, e de saqu Pode te

Nas investigações, o Ministério Público e pelo menos duas pessoas que se dirigiam fazer alguns dos saques em dinheiro vivo



Saques de Valério coincidem com as votações no Congresso

Cruzamentos de informações foram feitas pelo PFL que tenta ligar os saques do publicitário com compra de votos Por Felipe Recondo

Brasília (Folhapress) - A liderança do **PFL** divulgou uma lista de saques das empresas do publicitário Marcos Valério, avalista do PT, no Banco Rural que coincidiriam com votações de projetos considerados importantes para o **governo**.

De acordo com os dados do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), no dia e na semana seguinte à votação da reforma da Previdência, os saques de dinheiro somaram R\$ 318 mil. No dia em que o texto da reforma tributária foi levado a plenário no primeiro turno, R\$ 100 mil foram sacados e na semana seguinte, mais R\$ 1, 2 milhão.

No entanto, o levantamento, conforme admitiu o líder do **PFL** no **Senado**, **José Agripino** (PFL-RN), não passa de uma ilação, de uma coincidência. Tanto é que há vários saques milionários, a maioria por sinal, que não coincidem com qualquer votação.

Há retiradas de recursos que juntas somam, por exemplo, R\$ 5 milhões e que não têm relação com nenhuma votação importante em plenário. Outros saques batem com datas em que projetos nada polêmicos eram votados.

Um exemplo é a votação do estatuto do idoso. No dia da votação desse projeto, a SMPB, empresa de Valério, que já teve os sigilos bancário, fiscal e telefônicos quebrados, sacou R\$ 250 mil. O problema é que a votação foi simbólica e o tema era consensual entre **governo** e **oposição**.

Mais um exemplo: na data em que o estatuto do **desarmamento** foi a voto, a retirada chegou a R\$ 200 mil. No dia anterior, R\$ 300 mil saíram da conta da

empresa. No entanto, a votação desse tema é polêmica não pelo choque entre governistas e opositoristas, mas pelo confronto ideológico entre parlamentares da bancada da bala e adeptos do desarmamento.

Veja a seguir, a relação das votações e dos saques coincidentes: ? Reforma tributária, aprovado em segundo turno na **Câmara** em 24 de setembro de 2003; saques efetuados nos dias 23, 25 e 26 de setembro. Total: R\$ 1, 212 milhão.

A matéria é modificada no **Senado** em 17 de dezembro de 2003; constam saques nos dias 17 e 19 de dezembro. Total: R\$ 470 mil.

? Medida Provisória do salário mínimo, aprovada pela primeira vez na **Câmara** em 2 de junho de 2004. A matéria é votada novamente na **Câmara** em 23 de junho, depois de ter sido modificada no **Senado**.

Saques totais na primeira votação: R\$ 500 mil. Na segunda votação: R\$ 200 mil.

? Medida Provisória que concedeu status de ministro ao presidente do BC, aprovada na **Câmara** em 10 de dezembro de 2004.

Saques nos dias 29 e 30 de novembro do mesmo ano. Total: R\$ 480 mil.

? Medida Provisória dos Bingos (editada após o episódio Waldomiro Diniz proibindo o funcionamento de bingos no país). Foi aprovada pela **Câmara** em 30 de março de 2004. O saque foi feito em 29 de março. Total: R\$ 200 mil. A MP foi rejeitada no **Senado**.

? Reforma da Previdência, aprovada em primeiro turno pela **Câmara** em 5 de agosto de 2003.



PFL cruza saques de empresa com Valério e data de votações no Congresso

A liderança do **PFL** divulgou uma lista de saques das empresas do publicitário Marcos Valério, avalista do PT, no Banco Rural que coincidiriam com votações de projetos considerados importantes para o governo.

De acordo com os dados do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), no dia e na semana seguinte à votação da reforma da Previdência, os saques de dinheiro somaram R\$ 318 mil. No dia em que o texto da reforma tributária foi levado a plenário no primeiro turno, R\$ 100 mil foram sacados e na semana seguinte, mais R\$ 1, 2 milhão.

No entanto, o levantamento, conforme admitiu o líder do **PFL** no **Senado**, **José Agripino** (PFL-RN), não passa de uma "ilação", de uma "coincidência".

Vários saques não coincidem com qualquer votação.

Há retiradas de recursos que juntas somam, por exemplo, R\$ 5 milhões e que não têm relação com nenhuma votação importante em plenário.

Outros saques batem com datas em que projetos nada polêmicos eram votados. Um exemplo aconteceu à época da votação do estatuto do idoso. No dia da votação desse projeto, a SMPB, empresa de Valério, que já teve os sigilos bancário, fiscal e telefônicos quebrados, sacou R\$ 250 mil. O problema é que a votação foi simbólica e o tema era consensual entre governo e oposição.

Na data em que o estatuto do desarmamento foi a voto, a retirada chegou a R\$ 200 mil. No dia anterior, R\$ 300 mil saíram da conta da empresa. A votação desse tema foi polêmica não pela relação entre governistas e oposicionistas, mas pelo confronto ideológico entre parlamentares adeptos e contrários ao desarmamento.

PFL cruza saques das empresas de Valério com datas de votação

Líder do partido admite que movimentações podem ser coincidência

Brasília (Folhapress) – A liderança do PFL divulgou uma lista de saques das empresas do publicitário Marcos Valério, avalista do PT, no Banco Rural que coincidiriam com votações de projetos considerados importantes para o governo.

De acordo com os dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), no dia e na semana seguinte à votação da reforma da Previdência, os saques de dinheiro somaram R\$ 318 mil. No dia em que o texto da reforma tributária foi levado a plenário no primeiro turno, R\$ 100 mil foram sacados e na semana seguinte, mais R\$ 1, 2 milhão.

No entanto, o levantamento, conforme admitiu o líder do PFL no Senado, José Agripino (PFL-RN), não passa de uma ilação, de uma coincidência. Tanto é que há vários saques milionários, a maioria por sinal, que não coincidem com qualquer votação.

Há retiradas de recursos que juntas somam, por exemplo, R\$ 5 milhões e que não têm relação com nenhuma votação importante em plenário. Outros saques batem com datas em que projetos nada polêmicos eram votados.

Um exemplo é a votação do estatuto do idoso. No dia da votação desse projeto, a SMPB, empresa de Valério, que já teve os sigilos bancário, fiscal e telefônicos quebrados, sacou R\$ 250 mil. O problema é que a votação foi simbólica e o tema era consensual entre governo e oposição.

Mais um exemplo: na data em que o estatuto do desarmamento foi a voto, a retirada chegou a R\$ 200 mil. No dia anterior, R\$ 300 mil saíram da conta da empresa. No entanto, a votação desse tema é polêmica não pelo choque entre governistas e oposição, mas pelo confronto ideológico entre parlamentares da bancada da bala e adeptos do desarmamento.



PFL liga saques a votações na Câmara

BRASIL

BRASÍLIA - A liderança do **PFL** divulgou uma lista de saques das empresas do publicitário Marcos Valério, avalista do PT, no Banco Rural que coincidiriam com votações de projetos considerados importantes para o **governo**. De acordo com os dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), no dia e na semana seguinte à votação da reforma da Previdência, os saques de dinheiro somaram R\$ 318 mil. No dia em que o texto da reforma tributária foi levado a plenário no primeiro turno, R\$ 100 mil foram sacados e na semana seguinte, mais R\$ 1, 2 milhão.

O levantamento, entretanto, conforme admitiu o líder do **PFL** no **Senado**, **José Agripino**, não passa de ilação, coincidência. Tanto é que há vários saques, a maioria por sinal, que não coincidem com qualquer

votação.

Há retiradas de recursos que juntas somam, por exemplo, R\$ 5 milhões e não têm relação com votação importante. Outros saques batem com datas em que projetos nada polêmicos eram votados. Um exemplo é a votação do Estatuto do Idoso. No dia da votação, a SMPB, empresa de Valério, sacou R\$ 250 mil. O problema é que a votação foi simbólica e o tema era consensual. Na data em que o Estatuto do Desarmamento foi a voto, a retirada chegou a R\$ 200 mil. No dia anterior, R\$ 300 mil saíram da conta da empresa. No entanto, a votação desse tema é polêmica não pela choque entre governistas e oposicionistas, mas pelo confronto ideológico entre parlamentares da bancada da bala e adeptos do desarmamento.

Saques de Valério junto com votação

BRASÍLIA - A liderança do **PFL** divulgou uma lista de saques das empresas do empresário Marcos Valério, avalista do PT, no Banco Rural que coincidiriam com votações de projetos considerados importantes para o **Governo**. De acordo com os dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), no dia e na semana seguinte à votação da reforma da Previdência, os saques de dinheiro somaram R\$ 318 mil. No dia em que o texto da reforma tributária foi levado a plenário no primeiro turno, R\$ 100 mil foram sacados e, na semana seguinte, mais R\$ 1, 2 milhão. No entanto, o levantamento, conforme admitiu o líder do **PFL** no **Senado**, **José Agripino** (PFL-RN), não passa de uma ilação, de uma coincidência. Tanto é que há vários saques milionários, a maioria por sinal, que não coincidem com qualquer votação. Há retiradas de recursos que juntas somam, por exemplo, R\$ 5 milhões e que não têm relação com nenhuma votação importante em plenário.

Outros saques batem com datas em que projetos nada polêmicos eram votados. Um exemplo é a votação do estatuto do idoso. No dia da votação desse projeto, a SMPB, empresa de Valério, que já teve os sigilos bancário, fiscal e telefônicos quebrados, sacou R\$ 250 mil. O problema é que a votação foi simbólica e o tema era consensual entre **Governo** e **oposição**.

Mais um exemplo: na data em que o estatuto do desarmamento foi a voto, a retirada chegou a R\$ 200 mil. No dia anterior, R\$ 300 mil saíram da conta da empresa. No entanto, a votação desse tema é polêmica não pela choque entre governistas e oposicionistas, mas pelo confronto ideológico entre parlamentares da bancada da bala e adeptos do desarmamento.

PF

A equipe da Polícia Federal que investiga as denúncias do mensalão está dedicando os primeiros

dias da semana para analisar o material recolhido na semana passada. O delegado Cláudio Ribeiro Santana, que esteve em Belo Horizonte, na semana passada, levou para Brasília cópias dos depoimentos das funcionárias do setor financeiro da agência SMPB, Simone Vasconcelos e Geiza Dias Santos. Ele levou também computadores apreendidos no escritório de contabilidade responsável pelas contas do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza.

A Polícia Federal ainda não definiu quando um novo delegado estará em Belo Horizonte. A expectativa é que os policiais queiram ouvir o depoimento do homem apontado por Alexandre Vasconcelos Castro como o amigo que lhe pediu para fazer saques em valores altos nas contas das agências SMPB e DNA. Alexandre, que também prestou depoimento na semana passada, disse que não tem ligações com as agências e que fazia os saques apenas como favor a um amigo.

Na última sexta-feira, Cláudio Santana disse que a Polícia Federal estava realizando uma investigação sobre a pessoa citada e que ainda não havia previsão para quando o depoimento seria marcado.

Deputado cobra licitação da Assembléia com SMPB

O **deputado** estadual Sávio Souza Cruz (PMDB) anunciou ontem que vai manter os dois requerimentos pedindo esclarecimentos à Mesa Diretora da Assembléia Legislativa sobre a possível contratação, sem licitação, da agência SMPB para prestar serviços ao Legislativo. Tanto a empresa como um de seus sócios, o empresário Marcos Valério, estão sendo investigados por possíveis irregularidades em movimentações financeiras.

A suspeita, segundo Sávio Souza Cruz, é de que até antes da realização da licitação nº 2001/2005, a SMPB já prestava serviços à Assembléia. "Queremos esclarecer como era prestado o serviço, a modalidade

PFL cruza saques de Valério e votações

POLÍTICA

LEVANTAMENTO

BRASÍLIA - A liderança do **PFL** divulgou uma lista de saques das empresas do publicitário Marcos Valério, avalista do PT, no Banco Rural que coincidiriam com votações de projetos considerados importantes para o **Governo**. De acordo com os dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, no dia e na semana seguinte à votação da reforma da Previdência, os saques de dinheiro somaram R\$ 318 mil. No dia em que o texto da reforma tributária foi levado a plenário no primeiro turno, R\$ 100 mil foram sacados e na semana seguinte, mais R\$ 1, 2 milhão.

No entanto, o levantamento, conforme admitiu o líder do **PFL** no **Senado**, **José Agripino** (PFL-RN) ,

não passa de uma coincidência. Tanto é que há vários saques milionários, a maioria por sinal, que não coincidem com qualquer votação. Há retiradas de recursos que juntas somam, por exemplo, R\$ 5 milhões e que não têm relação com nenhuma votação importante em plenário. Outros saques batem com datas em que projetos nada polêmicos eram votados.

No dia da votação do projeto do estatuto do idoso, a SMPB de Marcos Valério sacou R\$ 250 mil. O problema é que a votação foi simbólica. Na data em que o estatuto do desarmamento foi a voto, a retirada chegou a R\$ 200 mil. No dia anterior, R\$ 300 mil saíram da conta da SMPB. No entanto, a votação desse tema é polêmica não pelo choque entre governistas e opositoristas, mas pelo confronto ideológico entre parlamentares da bancada da bala e adeptos do desarmamento.

[Clique aqui e leia os Comentários](#)



Valério sacou dinheiro

POLÍTICA

em véspera de votações

De acordo com dados do COAF, no dia e na semana seguinte à votação da reforma da Previdência, por exemplo, os saques de Marcos Valério somaram R\$ 318 mil

Brasília - A liderança do **PFL** divulgou uma lista de saques das empresas do publicitário Marcos Valério no Banco Rural que coincidiriam com votações de projetos considerados importantes para o **governo**. De acordo com os dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), no dia e na semana seguinte à votação da reforma da Previdência, os saques de dinheiro somaram R\$ 318 mil. No dia em que o texto da reforma tributária foi levado a plenário no primeiro turno, R\$ 100 mil foram sacados e na semana seguinte, mais R\$ 1, 2 milhão.

O levantamento, porém, conforme admitiu o líder do **PFL** no **Senado**, **José Agripino** (PFL-RN), não passa de uma ilação, de uma coincidência. Tanto é que há vários saques milionários, a maioria por sinal, que não coincidem com qualquer votação. Há retiradas de recursos que somam R\$ 5 milhões e que não têm relação com nenhuma votação importante.

Um exemplo é a votação do estatuto do idoso. No dia da votação desse projeto, a SMPB, empresa de Valério, que já teve os sigilos bancário, fiscal e telefônicos quebrados, sacou R\$ 250 mil. O problema é que a votação foi simbólica e o tema era consensual

entre **governo** e **oposição**.

Mais um exemplo: na data em que o estatuto do desarmamento foi a voto, a retirada chegou a R\$ 200 mil. No dia anterior, R\$ 300 mil saíram da conta da empresa. Mas a votação desse tema é polêmica não entre governistas e oposicionistas, mas pelo confronto ideológico entre parlamentares da bancada da bala e adeptos do desarmamento.

Casa da Moeda

A agenda de Fernanda Karina Somaggio, ex-secretária de Marcos Valério de Souza Fernandes, registra que o publicitário manteve pelo menos quatro contatos com o presidente da Casa da Moeda, Manoel Severino dos Santos. Os contatos ocorreram entre 20 de novembro e 8 de dezembro de 2003.

O primeiro registro associa Manoel Severino ao tesoureiro nacional do PT, Delúbio Soares. A anotação, referente ao dia 20 de novembro, diz: **Ligar Manoel Severino Delúbio**. Manoel não é **personagem desconhecido do partido**. Ele foi secretário no **governo** de Benedita da Silva. (Agência Estado)

□ LEIA MAIS: Passo-a-passo da crise(Os fatos ligados aos escândalos dos Correios e do mensalão)
Oposição quer ouvir dirigentes petistas Sintego dá atestado de frequência a Delúbio SMPB é acusada de sonegação

Anterior |



Saques de empresas de Valério coincidem com votações

NACIONAL

No PMDB, aumentam pressões para renúncia do líder José Borba
Brasília

Das Agências

A liderança do **PFL** ontem divulgou uma lista de saques das empresas do publicitário Marcos Valério, avalista do PT, no Banco Rural que coincidiriam com votações de projetos considerados importantes para o **governo**.

De acordo com os dados do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), no dia e na semana seguinte à votação da reforma da Previdência, os saques de dinheiro somaram R\$ 318 mil. No dia em que o texto da reforma tributária foi levado a plenário no primeiro turno, R\$ 100 mil foram sacados e na semana seguinte, mais R\$ 1, 2 milhão.

No entanto, o levantamento, conforme admitiu o líder do **PFL** no **Senado**, **José Agripino** (PFL-RN), não passa de uma ilação, de uma coincidência. Tanto é que há vários saques milionários, a maioria por sinal, que não coincidem com qualquer votação. Há retiradas de recursos que juntas somam, por exemplo, R\$ 5 milhões e que não têm relação com nenhuma votação importante em plenário. Outros saques batem com datas em que projetos nada polêmicos eram votados.

Um exemplo é a votação do estatuto do idoso. No dia da votação desse projeto, a SMPB, empresa de Valério, que já teve os sigilos bancário, fiscal e te-

lefônicos quebrados, sacou R\$ 250 mil. O problema é que a votação foi simbólica e o tema era consensual entre **governo** e **oposição**.

Mais um exemplo: na data em que o estatuto do desarmamento foi a voto, a retirada chegou a R\$ 200 mil. No dia anterior, R\$ 300 mil saíram da conta da empresa. Agora, a votação desse tema é polêmica não pela relação entre governistas e oposicionistas, mas pelo confronto ideológico entre parlamentares da bancada da bala e adeptos do desarmamento.

Borba deveria renunciar

O líder do PMDB no **Senado**, Ney Suassuna (PMDB-PB), indicou que renunciaria ao cargo caso fosse acusado de receber o "mensalão", dinheiro supostamente dado pelo PT a **deputados** do PP e PL. A declaração foi um recado direto ao líder da legenda na **Câmara dos Deputados**, José Borba (PR), apontado como um dos beneficiários do "mensalão" por Fernanda Karina Somaggio, ex-secretária do publicitário Marcos Valério, um dos operadores da mesada de acordo com Roberto Jefferson (PTB-RJ).

Suassuna afirmou que a cúpula do PMDB governista se reuniria ontem à noite para discutir a denúncia e a postura do **partido** depois de ter sido incluído no rol de acusações que só atingia o PT, PP e PL. Borba negou que tivesse qualquer relação com Valério, mas o publicitário, em depoimento à Polícia Federal, confirmou que se encontrava com o **deputado** quando vinha a Brasília.

PFL cruza saques de empresa com Valério e data de votações no Congresso

OLHAR POLÍTICO BRASIL

A liderança do **PFL** divulgou uma lista de saques das empresas do publicitário Marcos Valério, avalista do PT, no Banco Rural que coincidiriam com votações de projetos considerados importantes para o **governo**.

De acordo com os dados do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), no dia e na semana seguinte à votação da reforma da Previdência, os saques de dinheiro somaram R\$ 318 mil. No dia em que o texto da reforma tributária foi levado a plenário no primeiro turno, R\$ 100 mil foram sacados e na semana seguinte, mais R\$ 1, 2 milhão.

No entanto, o levantamento, conforme admitiu o líder do **PFL** no **Senado**, **José Agripino** (PFL-RN), não passa de uma "ilação", de uma "coincidência".

Vários saques não coincidem com qualquer votação. Há retiradas de recursos que juntas somam, por

exemplo, R\$ 5 milhões e que não têm relação com nenhuma votação importante em plenário.

Outros saques batem com datas em que projetos nada polêmicos eram votados. Um exemplo aconteceu à época da votação do estatuto do idoso. No dia da votação desse projeto, a SMPB, empresa de Valério, que já teve os sigilos bancário, fiscal e telefônicos quebrados, sacou R\$ 250 mil. O problema é que a votação foi simbólica e o tema era consensual entre **governo e oposição**.

Na data em que o estatuto do desarmamento foi a voto, a retirada chegou a R\$ 200 mil. No dia anterior, R\$ 300 mil saíram da conta da empresa. A votação desse tema foi polêmica não pela relação entre governistas e oposicionistas, mas pelo confronto ideológico entre parlamentares adeptos e contrários ao desarmamento.

Folha Online



Saques coincidem com as votações no Congresso

BRASIL

A liderança do **PFL** divulgou uma lista de saques das empresas do publicitário Marcos Valério, avalista do PT, no Banco Rural que coincidiriam com votações de projetos considerados importantes para o **governo**.

De acordo com os dados do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), no dia e na semana seguinte à votação da reforma da Previdência, os saques de dinheiro somaram R\$ 318 mil. No dia em que o texto da reforma tributária foi levado a plenário no primeiro turno, R\$ 100 mil foram sacados e na semana seguinte, mais R\$ 1, 2 milhão.

No entanto, o levantamento, conforme admitiu o líder do **PFL** no **Senado**, **José Agripino** (PFL-RN), não passa de uma ilação, de uma coincidência. Tanto é que há vários saques milionários, a maioria por sinal, que não coincidem com qualquer votação.

Há retiradas de recursos que juntas somam, por exemplo, R\$ 5 milhões e que não têm relação com nenhuma votação importante em plenário. Outros saques batem com datas em que projetos nada polêmicos eram votados.

Um exemplo é a votação do estatuto do idoso. No dia da votação desse projeto, a SMPB, empresa de Valério, que já teve os sigilos bancário, fiscal e telefônicos quebrados, sacou R\$ 250 mil. O problema é que a votação foi simbólica e o tema era consensual entre **governo** e **oposição**.

(Mais um exemplo: na data em que o estatuto do desarmamento foi a voto, a retirada chegou a R\$ 200 mil. No dia anterior, R\$ 300 mil saíram da conta da empresa. No entanto, a votação desse tema é polêmica não pela choque entre governistas e oposicionistas, mas pelo confronto ideológico entre parlamentares da bancada da bala e adeptos do desarmamento.



PFL liga saques a votações na Câmara

DENUNCI

A liderança do **PFL** divulgou uma lista de saques das empresas do publicitário Marcos Valério, avalista do PT, no Banco Rural que coincidiriam com votações de projetos considerados importantes para o **governo**. De acordo com os dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), no dia e na semana seguinte à votação da reforma da Previdência, os saques de dinheiro somaram R\$ 318 mil. No dia em que o texto da reforma tributária foi levado a plenário no primeiro turno, R\$ 100 mil foram sacados e na semana seguinte, mais R\$ 1, 2 milhão.

O levantamento, entretanto, conforme admitiu o líder do **PFL** no **Senado**, **José Agripino**, não passa de ilação, coincidência. Tanto é que há vários saques, a

maioria por sinal, que não coincidem com qualquer votação.

Há retiradas de recursos que juntas somam, por exemplo, R\$ 5 milhões e não têm relação com votação importante. Outros saques batem com datas em que projetos nada polêmicos eram votados. Um exemplo é a votação do Estatuto do Idoso. No dia da votação, a SMPB, empresa de Valério, sacou R\$ 250 mil. O problema é que a votação foi simbólica e o tema era consensual. Na data em que o Estatuto do Desarmamento foi a voto, a retirada chegou a R\$ 200 mil. No dia anterior, R\$ 300 mil saíram da conta da empresa. No entanto, a votação desse tema é polêmica não pela choque entre governistas e oposicionistas, mas pelo confronto ideológico entre parlamentares da bancada da bala e adeptos do desarmamento.



Continuação: Empréstimo complica Genoino e racha PT

O golpe abalou Genoino, que apostava suas fichas em seu desempenho na entrevista de ontem ao programa "Roda Viva", da TV Cultura. Fosse boa sua performance, a intenção seria protelar para sábado, dia da reunião do Diretório Nacional, qualquer decisão sobre o destino dele próprio, de Silvinho e do tesoureiro Delúbio Soares.

Há um mês, Silvinho reclamava do apetite do PT na partilha de cargos. Segundo lembra, a ganância de petistas por vagas de maior salário nos escalões do governo deixou para aliados postos passíveis de corrupção, como as delegacias do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e do Departamento Nacional de Infra-Estrutura Terrestre (DNIT) .

Borba nega 'mensalão' no PMDB

Envolvido nas denúncias do 'mensalão', o líder do PMDB na Câmara, José Borba (PR) , foi sabatinado ontem pelo presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL) , e pelo líder do partido no Senado, Ney Suassuna (PB) . Surpreendidos e desconfiados da coincidência das "denúncias tardias" bem na reta final da negociação da reforma ministerial, Suassuna e Calheiros reuniram-se, reservadamente, com Borba.

"Houve mensalão no PMDB? ", indagaram a ele. "Não houve, não", respondeu Borba. "Fiquem tranquilos que eu não fiz nada de errado", insistiu. Anteontem (03) , a secretária Fernanda Karina Somaggio, que trabalhou com o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, apontado como operador das quantias, dera uma entrevista ao programa "Fantástico", da Rede Globo de Televisão, em que contou que o líder do PMDB na Câmara mantinha contatos semanais com o antigo chefe.

Para piorar a situação de Borba, o nome dele consta da lista de visitantes do edifício do Banco Rural em

Brasília, em 3 de dezembro de 2003, que está em poder da CPI dos Correios. Na mesma data, foram sacados R\$ 200 mil da conta de uma das empresas de Valério, segundo o relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) .

Já o presidente nacional do PL, deputado Valdemar Costa Neto (SP) , colocou ontem, à disposição da Presidência da Câmara, a quebra dos seus sigilos fiscal, bancário e telefônico. Em discurso na tribuna da Casa, Costa Neto fez um apelo para que o Congresso seja convocado em julho para apurar os fatos.

Saques têm coincidências

A liderança do PFL divulgou ontem uma lista de saques das empresas do publicitário Marcos Valério, avalista do PT no Banco Rural, que coincidiriam com votações de projetos considerados importantes para o governo. De acordo com os dados do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) , no dia e na semana seguinte à votação da Reforma da Previdência, os saques de dinheiro somaram R\$ 318 mil. No dia em que o texto da Reforma Tributária foi levado a plenário no primeiro turno, R\$ 100 mil foram sacados e na semana seguinte, mais R\$ 1,2 milhão foram retirados.

No entanto, o levantamento, conforme admitiu o líder do PFL no Senado, José Agripino (PFL-RN) , não passa de uma coincidência. Tanto é que há vários saques milionários, a maioria por sinal, que não coincidem com qualquer votação no Congresso.

Há retiradas de recursos que juntos somam, por exemplo, R\$ 5 milhões e que não têm relação com nenhuma votação importante em plenário. Outros saques batem com datas em que projetos nada polêmicos eram votados. Um exemplo é a votação do Estatuto do Idoso. No dia da votação desse projeto, a SMPB, empresa de Valério, que já teve os sigilos bancário, fiscal e telefônicos quebrados, sacou R\$ 250 mil. O problema é que a votação foi simbólica e o tema era consensual entre governo e oposição.

RCS nº 03/2005 - CN: 3593
CPI - CORREIOS
Fls: 0277
3593
Doc: pg.57

Continuação: Empréstimo complica Genoino e racha PT

Mais um exemplo: na data em que o estatuto do desarmamento foi a voto, a retirada chegou a R\$ 200 mil. No dia anterior, R\$ 300 mil saíram da conta da empresa.

TCU exige redução em contrato

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), do Ministério dos Transportes, que reduza em R\$ 46 milhões um contrato com a empresa ARG para a construção da Rodovia BR-282, em Santa Catarina. Com isso, o custo do empreendimento cairá para R\$ 205 milhões. A determinação - que deve ser cumprida em 15 dias, sob risco de anulação do contrato - foi tomada após o

TCU haver detectado superfaturamento e sobrepreço em três contratos firmados entre o Dnit, o Departamento de Infra-Estrutura do Estado de Santa Catarina e a empresa. A nova rodovia fará parte do "corredor Mercosul", que vai até a Argentina.

Já a Petros (Fundação Petrobras de Seguridade Social) também rompeu ontem o contrato com o consórcio formado pela Globalprev, PriceWaterhouseCoopers e Kiman, firmado em abril passado para implementar o plano de provisão complementar da Sanasa (Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S. A.), de Campinas (95 km de São Paulo). A empresa pertence a dois ex-sócios do ministro Luiz Gushiken (Comunicação). A Globalprev tem sede na mesma casa em que Gushiken morou até 2002.

Saques de empresas de Valério coincidem com votações

NACIONAL

No PMDB, aumentam pressões para renúncia do líder José Borba **Brasília**

Das Agências

A liderança do **PFL** ontem divulgou uma lista de saques das empresas do publicitário Marcos Valério, avalista do PT, no Banco Rural que coincidiriam com votações de projetos considerados importantes para o **governo**.

De acordo com os dados do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), no dia e na semana seguinte à votação da reforma da Previdência, os saques de dinheiro somaram R\$ 318 mil. No dia em que o texto da reforma tributária foi levado a plenário no primeiro turno, R\$ 100 mil foram sacados e na semana seguinte, mais R\$ 1, 2 milhão.

No entanto, o levantamento, conforme admitiu o líder do **PFL** no **Senado**, **José Agripino** (PFL-RN), não passa de uma ilação, de uma coincidência. Tanto é que há vários saques milionários, a maioria por sinal, que não coincidem com qualquer votação. Há retiradas de recursos que juntas somam, por exemplo, R\$ 5 milhões e que não têm relação com nenhuma votação importante em plenário. Outros saques batem com datas em que projetos nada polêmicos eram votados.

Um exemplo é a votação do estatuto do idoso. No dia da votação desse projeto, a SMPB, empresa de Valério, que já teve os sigilos bancário, fiscal e te-

lefônicos quebrados, sacou R\$ 250 mil. O problema é que a votação foi simbólica e o tema era consensual entre **governo** e **oposição**.

Mais um exemplo: na data em que o estatuto do desarmamento foi a voto, a retirada chegou a R\$ 200 mil. No dia anterior, R\$ 300 mil saíram da conta da empresa. Agora, a votação desse tema é polêmica não pela relação entre governistas e opositores, mas pelo confronto ideológico entre parlamentares da bancada da bala e adeptos do desarmamento.

Borba deveria renunciar

O líder do PMDB no **Senado**, Ney Suassuna (PMDB-PB), indicou que renunciaria ao cargo caso fosse acusado de receber o "mensalão", dinheiro supostamente dado pelo PT a **deputados** do PP e PL. A declaração foi um recado direto ao líder da legenda na **Câmara dos Deputados**, José Borba (PR), apontado como um dos beneficiários do "mensalão" por Fernanda Karina Somaggio, ex-secretária do publicitário Marcos Valério, um dos operadores da mesada de acordo com Roberto Jefferson (PTB-RJ).

Suassuna afirmou que a cúpula do PMDB governista se reuniria ontem à noite para discutir a denúncia e a postura do **partido** depois de ter sido incluído no rol de acusações que só atingia o PT, PP e PL. Borba negou que tivesse qualquer relação com Valério, mas o publicitário, em depoimento à Polícia Federal, confirmou que se encontrava com o **deputado** quando vinha a Brasília.



PFL cruza saques de Valério e votações

POLÍTICA

LEVANTAMENTO

BRASÍLIA - A liderança do **PFL** divulgou uma lista de saques das empresas do publicitário Marcos Valério, avalista do PT, no Banco Rural que coincidiriam com votações de projetos considerados importantes para o **Governo**. De acordo com os dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, no dia e na semana seguinte à votação da reforma da Previdência, os saques de dinheiro somaram R\$ 318 mil. No dia em que o texto da reforma tributária foi levado a plenário no primeiro turno, R\$ 100 mil foram sacados e na semana seguinte, mais R\$ 1, 2 milhão.

No entanto, o levantamento, conforme admitiu o líder do **PFL** no **Senado**, **José Agripino** (PFL-RN),

não passa de uma coincidência. Tanto é que há vários saques milionários, a maioria por sinal, que não coincidem com qualquer votação. Há retiradas de recursos que juntas somam, por exemplo, R\$ 5 milhões e que não têm relação com nenhuma votação importante em plenário. Outros saques batem com datas em que projetos nada polêmicos eram votados.

No dia da votação do projeto do estatuto do idoso, a SMPB de Marcos Valério sacou R\$ 250 mil. O problema é que a votação foi simbólica. Na data em que o estatuto do desarmamento foi a voto, a retirada chegou a R\$ 200 mil. No dia anterior, R\$ 300 mil saíram da conta da SMPB. No entanto, a votação desse tema é polêmica não pelo choque entre governistas e opositoristas, mas pelo confronto ideológico entre parlamentares da bancada da bala e adeptos do desarmamento.

[Clique aqui e leia os Comentários](#)

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: 0279
Doc: 3593

PFL liga saques a votações na Câmara

BRASIL

BRASÍLIA - A liderança do **PFL** divulgou uma lista de saques das empresas do publicitário Marcos Valério, avalista do PT, no Banco Rural que coincidiriam com votações de projetos considerados importantes para o **governo**. De acordo com os dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), no dia e na semana seguinte à votação da reforma da Previdência, os saques de dinheiro somaram R\$ 318 mil. No dia em que o texto da reforma tributária foi levado a plenário no primeiro turno, R\$ 100 mil foram sacados e na semana seguinte, mais R\$ 1, 2 milhão.

O levantamento, entretanto, conforme admitiu o líder do **PFL** no **Senado**, **José Agripino**, não passa de ilação, coincidência. Tanto é que há vários saques, a maioria por sinal, que não coincidem com qualquer

votação.

Há retiradas de recursos que juntas somam, por exemplo, R\$ 5 milhões e não têm relação com votação importante. Outros saques batem com datas em que projetos nada polêmicos eram votados. Um exemplo é a votação do Estatuto do Idoso. No dia da votação, a SMPB, empresa de Valério, sacou R\$ 250 mil. O problema é que a votação foi simbólica e o tema era consensual. Na data em que o Estatuto do Desarmamento foi a voto, a retirada chegou a R\$ 200 mil. No dia anterior, R\$ 300 mil saíram da conta da empresa. No entanto, a votação desse tema é polêmica não pela choque entre governistas e oposicionistas, mas pelo confronto ideológico entre parlamentares da bancada da bala e adeptos do desarmamento.